

ECOLOGIA

Pesquisa revela contaminação da Bacia do Corumbataí

Uma pesquisa realizada no Centro de Estudos Ambientais (CEA) da Unesp de Rio Claro revelou que trechos do rio Corumbataí estão contaminados por coliformes fecais e produtos tóxicos, principalmente após a área urbana de Rio Claro, município do estado de São Paulo. A coordenadora da pesquisa, Sâmia Tauk-Tornisielo, diz que a poluição afeta as cidades que utilizam a água do rio para consumo humano, em especial o município de Piracicaba. A falta de tratamento do esgoto doméstico é a maior causa da poluição do rio, que também é agravada pelo uso de agrotóxicos nas plantações em seu entorno, e pelo desmatamento das matas ciliares em suas margens. Desde 1996, o estudo monitora 24 parâmetros para a análise da qualidade da água, entre os quais

destacam-se os valores de coliformes fecais presentes na água. "No início de nosso monitoramento o rio Corumbataí estava classificado como Classe 2, o que segundo a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama 20/86), significa que a água serve para consumo humano após tratamento convencional", explica. No entanto, uma parte da pesquisa desenvolvida por Gina Palma-Silva, do Instituto de Biociências da Unesp de Rio Claro, constatou que em alguns pontos do rio, os valores dos parâmetros têm excedido o limite para rios de Classe 3, nos quais a água é imprópria para uso humano, mesmo após tratamento tradicional. "Os valores de coliformes fecais das amostras de água coletadas em 2003 chegaram a ser 28 vezes maiores do que o limite fixado para rios de Classe 2. Desde novembro de 2002, todos os trechos do rio estudados têm ultrapassado o limite máximo", alerta Sâmia. Outro indicador medido foi o nível de metais pesados presente nos peixes. Essa parte da pesquisa foi desenvolvida por Roberto Göiten, do Departamento de Zoologia da Unesp, e seu doutorando Sidnei Lima Jr. Eles verificaram uma alteração da biodiversidade de peixes em três pontos do rio Corumbataí, sendo que em certos trechos, os peixes estavam impróprios para o consumo humano. Esses resultados fazem parte da segunda etapa da série de estudos, em conclusão. A próxima fase inclui análises estatísticas e um modelo matemático para subsidiar a gestão da bacia hidrográfica, além de Análise de Impactos Ambientais (AIA) e um projeto de tratamentos alternativos para as águas e efluentes.

SANEAMENTO AMBIENTAL

Pesquisa da Uerj sugere aprimoramento de políticas públicas

O cruzamento de dados populacionais com informações sobre o acesso aos serviços públicos essenciais permite visualizar prioridades do planejamento sócio-ambiental da zona costeira do Brasil. A questão do saneamento salta aos olhos, sob dois aspectos principais: de um lado, as grandes aglomerações urbanas na zona costeira (com problemas de infraestrutura de esgotos sanitário, abastecimento de água para consumo, drenagem das águas pluviais e destino final adequado para os resíduos sólidos, etc.); de outro lado, as numerosas vilas das zonas semi-isoladas (com grandes índices de doenças endêmicas, altas taxas de mortalidade infantil, desnutrição, etc.) assentadas e/ou atravessadas por microbacias. Torna-se evidente a necessidade de uma visão integrada entre saneamento e recursos hídricos, processo ainda em discussão a ser aprofundada no Brasil.

É o que pretende fazer o grupo de gerenciamento sustentável de recursos hídricos da pós-graduação em Engenharia Ambiental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). O projeto visa sugerir políticas públicas, com metodologias adequadas à prática da gestão de bacias hidrográficas costeiras associada a aspectos do saneamento ambiental através de dois estudos de casos no Rio de Janeiro: a bacia hidrográfica da Lagoa Rodrigo de Freitas e a Bacia Hidrográfica da Baía de Ilha Grande, porção continental (formada pelos municípios de Angra dos Reis e Parati).

Mapa da região de Corumbataí



Arte: Luis Paulo